



CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO

PORTUGUÊS

OS QUE MUDAM DE LUGAR

A literatura dos migrantes nos ensina que toda alma tem seu canto de felicidade na face da Terra. Ou mais de um. Se o lugar de paz é no chão onde pousou seu berço, a vida flui ao redor dali. Mas às vezes é longe. Tem gente que nasce com espírito de cigano, com uma vontade inquietante de encontrar o seu lugar, palmilhar chão a chão até chegar onde sempre deveria ter estado. Não sei o que explica isso. Hereditariedade, coisas da ciência, do espírito, da poesia, do DNA misturado que corre no sangue de todos nós.

Os fluxos migratórios movem o mundo desde sempre, sustentam os processos econômicos, ampliam a consciência do que é ser humano, habitar o planeta, conviver, enfrentar, misturar. Nem todo imigrante muda porque quer. Muitas vezes vão por necessidade, para sobreviver onde há alguma promessa. Maria Bethânia, na sua estreia nos palcos cantando o Carcará, apresentou uma chocante estatística de migrações dentro do Brasil, do Nordeste para o Sudeste. Quase todo nordestino tem parentes no Rio ou em São Paulo. Imaginemos esses números nos dias de hoje, no Brasil, no mundo.

Por desejo ou por necessidade, mudar de lugar é uma transformação da alma, amplia a capacidade de ver e entender. O mundo é grande demais para sustentar e só andando por ele é possível perceber mais. Gilberto Gil explicou: meu caminho pelo mundo eu mesmo traço/a Bahia já me deu régua e compasso.

Ao longo da semana o mundo parou para olhar os imigrantes americanos. Ver. Enxergar. O atual presidente não só separou crianças dos seus pais como os prendeu em jaulas, coisa que nenhum ser vivo merece. Esse tema é do campo da Geopolítica, das Relações Internacionais, acordos diplomáticos, polícia de fronteira, mas eu só penso mesmo nas crianças, nas famílias, nas mães.

A capa da revista Time dessa semana tem o fundo totalmente vermelho e ao centro, frente a frente, um presidente frio diante de uma criança chorando. Sofrendo. Ele não quer essas pessoas no seu território. Não quer homens e mulheres que não são da sua raça. Se há crianças, não o interessa. Nem ao presidente, tampouco à primeira dama. O objetivo é a limpeza étnica. Esse discurso não é familiar?

Uma gaiola não é muito diferente de um campo de concentração. O que lemos sobre o Nazismo, em um passado que parecia nunca voltar, é refeito em uma narrativa atualizada e cheia de pavor. Como é possível que tenhamos retrocedido tanto como humanos? A onda de desumanização avança e nós, brasileiros, não podemos permitir que chegue até aqui. Já temos as nossas dores, as feridas abertas dos escravizados, do racismo, da desigualdade. Que os escritores que falam de migração continuem narrando, denunciando, descortinando as verdades. Que não se perca em nós a capacidade de chorar por uma criança que nunca vimos, mas cuja dor também é nossa.

<https://www.opovo.com.br/jornal/colunas/socorroacioli/2018/06/os-que-mudam-de-lugar.html>



01. (Concurso Farias Brito/2018) São ideias contidas no texto, exceto:

- A) Migrar é um processo inerente ao ser e favorece interculturalidade, crescimento e saberes.
- B) Subjetivar-se é irmanar-se à dor alheia, é ser solidário às grandes angústias humanas.
- C) Expatriado, independente do que o motiva, o ser que muda; amplia sua cosmovisão.
- D) As transformações ocorridas nas últimas décadas, a rapidez da notícia e a existência de organizações internacionais garantem o mínimo de dignidade humana.
- E) Preconceitos e radicalismos desumanizam, segregam e retrogradam a civilização humana.

02. (Concurso Farias Brito/2018) Podemos resumir o quinto parágrafo do texto por uma única palavra:

- A) Racismo.
- B) Xenofobia.
- C) Patriotismo.
- D) Civismo.
- E) Orgulho.

03. (Concurso Farias Brito/2018) Leia o excerto a seguir e marque a opção que melhor explica os termos em destaque: *Gilberto Gil explicou: meu caminho pelo mundo eu mesmo traço/a Bahia já me deu régua e compasso.*

- A) Reconhecer possibilidades e restrições e saber adaptar-se no ritmo certo, com visão ampla em perspectivas variadas.

- B) Estabelecer limitações de medida e lugar.
- C) Aceitar as restrições impostas pela conjuntura social.
- D) Afirmar que a educação que verdadeiramente importa é a recebida no lar.
- E) Conhecer lugares novos e suas culturas sem desprezar a sua de origem.

04. (Concurso Farias Brito/2018) A *literatura dos migrantes nos ensina que toda alma tem seu canto de felicidade na face da Terra*. O termo em destaque é sintaticamente classificado como:

- A) Oração subordinada substantiva completiva nominal.
- B) Oração subordinada substantiva subjetiva.
- C) Oração subordinada substantiva predicativa.
- D) Oração subordinada substantiva apositiva.
- E) Oração subordinada objetiva direta.

05. (Concurso Farias Brito/2018) No trecho *“Imaginemos esses números nos dias de hoje, no Brasil, no mundo”*, o verbo destacado está no:

- A) Presente do Subjuntivo.
- B) Futuro do Subjuntivo.
- C) Imperativo Afirmativo.
- D) Infinito Impessoal.
- E) Presente do Indicativo.



CONHECIMENTOS GERAIS

06. (Concurso Farias Brito/2018) Se depender do senador Cidinho Santos (PR-MT), atualmente licenciado do mandato, as regras para portar armas no país serão afrouxadas. A autorização para o porte é concedida pelo Sistema Nacional de Armas (Sinarm), órgão vinculado à Polícia Federal que, para tanto, determinam critérios para que o cidadão possa obter o porte de armas. Em qual das alternativas abaixo contém esses critérios. (Gazeta do Povo, 16, julho.18. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br>)

- A) Comprovação de idoneidade, de ocupação lícita e residência certa, de capacidade técnica e aptidão psicológica.
- B) Ocupação lícita, sem residência fixa, pagamento de taxas.
- C) Idade mínima 16 anos, comprovação de idoneidade, ocupação lícita
- D) Idade mínima 25 anos, aptidão psicológica, sem residência física
- E) Comprovação de idoneidade, aptidão psicológica, idade mínima 18 anos.

07. (Concurso Farias Brito/2018) A seguridade social (ou segurança social) age como um sistema de proteção social, assegurando às pessoas alguns direitos básicos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Sobre a seguridade e de acordo com a Constituição de 1988. Com base nas afirmativas a seguir:

- I. As receitas dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, integrando, contudo, o orçamento da União.
- II. A seguridade social compreende o direito dos cidadãos a saúde, educação e segurança.
- III. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos, sem a participação da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência, e à assistência social.
- IV. Pessoa com deficiência que não disponha de renda para prover suas necessidades terá direito a benefício assistencial mesmo que não tenha contribuído para a seguridade social.
- V. Constitui como objetivo da Seguridade Social universalidade na cobertura e atendimento.

Assinale as que estão corretas?

- A) I e IV
- B) III e V
- C) II e IV
- D) IV e V
- E) apenas IV.

08. (Concurso Farias Brito/2018) Quanto às disposições gerais da Constituição de 1988 sobre a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- A) Os atos de improbidade administrativa demandam indisponibilidade de bens e ressarcimento ao erário, mas não provocam perda da função pública.



- B) A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo indeterminado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- C) A aplicação do princípio da autotutela para recorrer a nulidade de ato ilícito encontra limite na prescrição da pretensão da Administração Pública.
- D) No âmbito administrativo, o acesso à informação, por se tratar de um direito público subjetivo de envergadura constitucional, derivado do princípio da publicidade e da transparência, não comporta sigilo como exceção.
- E) As prerrogativas públicas decorrem do princípio da indisponibilidade, enquanto as sujeições decorrem da supremacia do interesse público.

09. (Concurso Farias Brito/2018) Em relação a atividade financeira do Estado, assinale a alternativa incorreta.

- A) A constituição Federal estabelece três leis orçamentárias em nosso ordenamento jurídico, todas de iniciativa do Poder Legislativo.
- B) Atividade financeira do Estado entende-se o conjunto de atos que o Estado pratica na obtenção, na gestão e na aplicação dos recursos financeiros de que necessita para atingir seus fins.
- C) A atividade financeira do Estado é representada pelas ações que o Estado desempenha objetivando à obtenção dos recursos necessários ao seu sustento e a respectiva realização de gastos voltados à execução das necessidades públicas.
- D) Essa atividade financeira do Estado depende de três elementos essenciais: elaboração do orçamento público, condições e limites de obtenção de

receitas, condições e limites de gasto do dinheiro público.

- E) O caráter intervencionista do Estado traduz-se na instituição de tributos com finalidade extrafiscal, além da nova visão de personalização do imposto, levando-se em conta a capacidade contributiva dos cidadãos.

10. (Concurso Farias Brito/2018) Assinale a alternativa incorreta no tocante à Administração Pública.

- A) As fundações de direito privado, instituídas ou mantidas pelo o poder Público, não gozam da imunidade tributária referente ao imposto sobre o patrimônio, a renda ou serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou à delas decorrentes.
- B) O regime jurídico privado das empresas públicas é parcialmente derogado por normas de direito público, cenário este que a doutrina denomina de regime jurídico híbrido.
- C) As empresas públicas e sociedades de economia mista, ainda que explorem atividade econômica de prestação de serviços, sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias.
- D) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público interno
- E) Os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas são agentes públicos.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. (Concurso Farias Brito/2018) Assinale a opção incorreta:

- A) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- B) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.
- C) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
- D) É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- E) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

12. (Concurso Farias Brito/2018) Um grupo de policiais, necessitando adentrar durante o período noturno em uma casa, com o intuito de capturar um indivíduo em flagrante delito, invade o local, sem o consentimento do morador. Quanto ao procedimento dos policiais assinale a opção correta:

- A) Agiram ilegalmente.
- B) Agiram com abuso de poder.
- C) Foram imprudentes.
- D) Agiram conforme a constituição.
- E) Agiram de forma inconstitucional.

13. (Concurso Farias Brito/2018) A teoria dos “frutos da árvore venenosa”, criada pela Suprema Corte dos EUA está relacionada com que princípio constitucional:

- A) Licitude das provas.
- B) Legalidade.
- C) Anterioridade.
- D) Juiz natural.
- E) Devido processo legal.

14. (Concurso Farias Brito/2018) Não haverá prisão civil por dívidas, salvo:

- A) Depositário infiel.
- B) Crimes hediondos.
- C) Responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia.
- D) Originárias de precatório.
- E) Porte ilegal de arma de fogo.

15. (Concurso Farias Brito/2018) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais:

- A) Têm aplicação imediata.
- B) Têm aplicação retroativa.
- C) Têm aplicação programática.
- D) Serão reguladas em lei complementar.
- E) São todas de eficácia contida.

16. (Concurso Farias Brito/2018) Assinale a opção incorreta. A lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras as:



- A) De caráter perpétuo.
- B) De multa.
- C) De perda de bens.
- D) De prestação social alternativa.
- E) De suspensão ou interdição de direitos.

17. (Concurso Farias Brito/2018) Que remédio constitucional será utilizado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público:

- A) Habeas corpus.
- B) Habeas data.
- C) Mandado de injunção.
- D) Mandado de segurança.
- E) Ação popular.

18. (Concurso Farias Brito/2018) São gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

- A) Registro civil de nascimento e certidão de casamento.
- B) Certidão de casamento e certidão de óbito.
- C) Certidão de óbito e registro de imóvel residencial.
- D) Registro de imóvel residencial e certidão de casamento.
- E) Registro civil de nascimento e certidão de óbito.

19. (Concurso Farias Brito/2018) Serão equivalentes às emendas constitucionais:

- A) As leis complementares aprovadas, em cada casa do congresso nacional, por maioria absoluta.
- B) As súmulas vinculantes.
- C) As leis ordinárias aprovadas, em cada casa do congresso nacional, por maioria simples.
- D) As medidas provisórias aprovadas, em cada casa do congresso nacional, em dois turnos, por maioria absoluta.
- E) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada casa do congresso nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos.

20. (Concurso Farias Brito/2018) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. Sobre o enunciado, assinale a opção incorreta:

- A) Representa o princípio da presunção ou estado de inocência.
- B) O ônus da prova cabe a quem alega.
- C) Mantém a primariedade até decisão condenatória transitada em julgado.
- D) Corrobora com o princípio do *in dubio pro reo*.
- E) Conflita com as modalidades de prisão cautelar.

21. (Concurso Farias Brito/2018) A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evita-los, se omitem (art. 5º,



XLIII, CF). Sobre “graça”, podemos afirmar:

- A) Perdão coletivo concedido pelo Presidente da República que leva a extinção da culpa.
- B) Perdão coletivo concedido pelo Congresso Nacional que suspende a execução da pena.
- C) Perdão individual concedido pelo Presidente da República que leva à extinção da punibilidade.
- D) Perdão individual concedido pelo Supremo Tribunal Federal que leva a extinção da punibilidade.
- E) Perdão coletivo concedido pelo Supremo Tribunal Federal que suspende a execução da pena.

22. (Concurso Farias Brito/2018) Sobre coisa julgada é incorreto afirmar:

- A) Manifestação final e definitiva do princípio da inafastabilidade da tutela jurisdicional.
- B) Decisão judicial da qual não é possível mais se recorrer, porque intempestivo o recurso.
- C) Decisão judicial da qual não é possível mais se recorrer em virtude da impossibilidade processual.
- D) Uma vez decretada não poderá ser rescindida.
- E) Visa assegurar a segurança jurídica.

23. (Concurso Farias Brito/2018) São prerrogativas constitucionais do tribunal do júri:

- A) Plenitude de votações.
- B) Sigilo da defesa.

- C) Competência para julgar os crimes dolosos.
- D) Soberania dos veredictos.
- E) Arguição de inconstitucionalidade.

24. (Concurso Farias Brito/2018) A prática de racismo constitui:

- A) Crime inafiançável e imprescritível.
- B) Crime político e de opinião.
- C) Crime afiançável e prescritível.
- D) Crime inafiançável e prescritível.
- E) Crime afiançável e imprescritível.

25. (Concurso Farias Brito/2018) A garantia constitucional de acesso à justiça é enunciada na seguinte declaração:

- A) A lei não excluirá da apreciação do poder judiciário, lesão ou ameaça a direito.
- B) A lei não prejudicará o direito adquirido.
- C) A lei não prejudicará a coisa julgada.
- D) Não haverá tribunal de exceção.
- E) É reconhecida a instituição do júri.

26. (Concurso Farias Brito/2018) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá:

- I. os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros que preenchem os requisitos estabelecidos em lei.



II. a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvada as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

III. o prazo de validade do concurso público será de até quatro anos, prorrogável uma vez, pelo período de dois anos.

- A) Apenas o item II está correto.
- B) Apenas o item III está falso.
- C) Os itens I e III estão corretos.
- D) Apenas o item I está correto.
- E) Os itens II e III estão falsos.

27. (Concurso Farias Brito/2018) Marque a opção correta: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência”:

- A) Regime jurídico complementar e planos de carreira para os servidores da administração pública indireta, das autarquias e das Sociedades de economia mista.
- B) Regime jurídico único e planos de carreira somente para os servidores da administração pública indireta.
- C) Regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração

pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

D) Regime jurídico complementar e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das empresas públicas.

E) Regime jurídico próprio e planos de carreira somente para os servidores da administração pública direta.

28. (Concurso Farias Brito/2018) Marque a opção correta acerca do regime de previdência, que diz que aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações é assegurado:

- A) Regime de previdência de caráter contributivo e não solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, somente dos servidores ativos observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- B) Nos casos por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.
- C) Compulsoriamente, com proventos integrais ao tempo de contribuição, aos 65 (sessenta) anos de idade, ou aos 70 (setenta) anos de idade, na forma de lei complementar.
- D) Voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de quinze anos de efetivo exercício no serviço público e dez anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.



E) Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

29. (Concurso Farias Brito/2018) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. O servidor público estável só perderá o cargo:

- A) Em virtude de sentença judicial em primeira instância.
- B) Mediante laudo de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, sem a necessidade da ampla defesa.
- C) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, fica a disposição, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração integral ao tempo de serviço.
- D) Extinto o cargo, somente o servidor estável ficará em disponibilidade, sem remuneração pelo tempo de serviço, em que for reconduzido ou aproveitado em outro cargo.
- E) Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

30. (Concurso Farias Brito/2018) É a forma de provimento, mediante a qual o servidor, estável ou não, tendo sofrido uma limitação física ou

mental em suas habilidades, torna-se inapto para o exercício do cargo que ocupa, mas, não configurada a invalidez permanente, podendo ainda exercer outro cargo para o qual a limitação sofrida não o incapacita. O texto representa um dos conceitos das formas de provimento dos cargos públicos, denominado de:

- A) Nomeação.
- B) Recondução.
- C) Promoção.
- D) Readaptação.
- E) Aproveitamento.

31. (Concurso Farias Brito/2018) Uma destas características não é apontada como próprias da administração pública em sentido material, no que diz respeito às atividades:

- A) Serviço público.
- B) Recondução.
- C) Polícia administrativa.
- D) Fomento.
- E) Intervenção.

32. (Concurso Farias Brito/2018) Os princípios são as ideias centrais de um sistema, estabelecendo suas diretrizes e conferindo a ele um sentido lógico, harmonioso e racional, o que possibilita uma adequada compreensão de sua estrutura. Um dos princípios do direito administrativo fundamenta a



existência das prerrogativas ou dos poderes especiais da administração pública, dos quais decorre a denominada verticalidade nas relações administração-particular. A qual princípio o texto faz referência:

- A) Indisponibilidade do interesse público.
- B) Supremacia do interesse público.
- C) Legalidade administrativa.
- D) Impessoalidade da atuação administrativa.
- E) Continuidade dos serviços públicos.

33. (Concurso Farias Brito/2018) Sobre a classificação dos atos administrativos, é correto afirmar:

- A) Atos vinculados são os que a administração pratica sem margem alguma de liberdade de decisão, pois a lei previamente determinou o único comportamento possível a ser obrigatoriamente adotado.
- B) Atos discricionários caracterizam-se por não possuir destinatários determinados. Apresentam apenas hipóteses normativas aplicáveis a todas as pessoas e situações fáticas que se enquadrem.
- C) Atos administrativos gerais são aqueles que a administração pode praticar com certa liberdade de escolha, nos termos e limites da lei, quanto ao seu conteúdo, seu modo de realização, sua oportunidade e sua conveniência administrativa.

D) Atos de império são aqueles cujo conteúdo resulta da manifestação de um só órgão, mas a sua edição ou a produção de seus efeitos depende de um outro ato que o aprove.

E) Ato composto é o que necessita, para sua formação, da manifestação de vontade de dois ou mais diferentes órgãos ou autoridades.

34. (Concurso Farias Brito/2018) Correlacione os atos administrativos e marque a opção correta:

- I. São emanados dos órgãos competentes para proferirem comandos gerais e abstratos, não destinados a qualquer indivíduo determinado.
- II. Ato praticado por um indivíduo (pessoa física ou jurídica), que o insere, voluntariamente ou não, em um determinado regime jurídico preestabelecido, sem que o indivíduo possa proferir qualquer manifestação de vontade sobre as características desse regime jurídico.
- III. Ato praticado por um indivíduo (pessoa física ou jurídica), em que este possui razoável liberdade para estabelecer as características do vínculo a que se submete.

- 1. Ato Subjetivo
- 2. Ato-regra
- 3. Ato-condição

- A) I – 1; II – 2; III – 3.
- B) I – 3; II – 1; III – 2.
- C) I – 3; II – 2; III – 1.
- D) I – 2; II – 3; III – 1.



E) I – 2; II – 1; III – 3.

**35. (Concurso Farias Brito/2018)
Marque a assertiva Incorreta:**

- A) A finalidade do ato administrativo é um elemento sempre vinculado. Nunca é o agente público quem determina a finalidade a ser perseguida em sua atuação, mas sim a lei.
- B) O desatendimento a qualquer das finalidades de um ato administrativo – geral ou específica – configura vício insanável, com a obrigatória anulação do ato.
- C) Dependendo do caso concreto, o vício de finalidade pode ser convalidado.
- D) A forma é o modo de exteriorização do ato administrativo.
- E) O vício de forma é passível de convalidação; é um defeito sanável, que pode ser corrigido sem obrigar à anulação do ato.

36. (Concurso Farias Brito/2018) O poder-dever possibilita à administração pública punir internamente as infrações funcionais de seus servidores, bem como as infrações administrativas cometidas por particulares a ela ligados, mediante algum vínculo jurídico específico. De qual poder da administração pública o texto se refere:

- A) Poder discricionário.
- B) Poder hierárquico.
- C) Poder disciplinar.
- D) Poder de polícia.

E) Poder regulamentar

37. (Concurso Farias Brito/2018) Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade, exceto:

- A) Receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.
- B) Perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º por preço superior ao valor de mercado.
- C) Utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como, o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.
- D) Incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades.
- E) Permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.



38. (Concurso Farias Brito/2018) Leia o dispositivo da Lei nº 8.429/92 e marque a opção correta:

“Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:”

- I. Nos casos improbidade administrativa que causa lesão ao erário, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.
- II. Nos casos de ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.
- III. Nos casos de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, ressarcimento

integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

- A) Os itens I e III estão corretos.
- B) O item II está falso.
- C) Os itens II e III estão falsos.
- D) O item III está correto.
- E) Os itens I, II e III estão corretos.

39. (Concurso Farias Brito/2018) Marque a opção correta. Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

- A) Pena de detenção de seis a dez meses e multa. Além da sanção penal, o denunciante está sujeito a indenizar o denunciado pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado.
- B) Pena de reclusão de cinco a doze meses ou multa. Além da sanção penal, o denunciante está sujeito a indenizar o denunciado apenas pelos danos materiais que houver provocado.
- C) Pena restritiva de direito e multa. Além da sanção penal, o denunciante está sujeito a indenizar o denunciado pelos danos que houver provocado.
- D) Não é aplicada qualquer espécie de pena. Porém, o denunciante está sujeito a indenizar o denunciado pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado.



E) Pena será apenas em dias/multa calculado sobre o valor do dano, somado a este, o denunciante está sujeito a indenizar o denunciado pelos somente pelos danos à imagem que houver provocado.

**40. (Concurso Farias Brito/2018)
Marque a opção correta sobre o procedimento administrativo e o processo judicial de que trata a Lei nº 8.429/92:**

- A) Somente de ofício poderá determinar a representação à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- B) A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterá a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.
- C) A autoridade administrativa rejeitará a representação, em despacho sendo facultada a fundamentação. Impedindo a representação ao Ministério Público.
- D) A comissão processante dará conhecimento, somente quando a lei autorizar, ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.
- E) Havendo fundados indícios de responsabilidade, a comissão representará ao Ministério Público ou à procuradoria do órgão para que requeira ao juízo competente a decretação do arresto dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.